

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui dezenove empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezesseis mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, sete Centros Universitários e trinta e seis faculdades, distribuídas em vinte e dois estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 18 de março de 2015, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB))

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.24).

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) /IAS 01 - "Demonstrações Financeiras". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 26 (R1) /IAS 01, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para o Grupo.

- (i) Alteração ao CPC 01/IAS 36 - "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.
- (ii) Alteração ao CPC 39/IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
- (iii) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.
- (iv) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.
- (v) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	2014	2013
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	100	
	Indireta - %	
	2014	2013
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisaóluis Educacional S.A. ("UNISÁOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	100
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	100
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	100	
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("LITERATUS")	100	
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	100	

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

2.3 Combinação de negócios

As aquisições e compromissos de compra realizados no ano de 2014 estão resumidas a seguir:

(i) Grupo UNISEB (UNISEB Holding e União dos Cursos Superiores SEB Ltda.)

Em 1º de julho de 2014, a Estácio Participações S.A. adquiriu a totalidade das ações da UNISEB Holding, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, controladora da UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB Operacional"). O valor da transação foi de R\$ 850.672 pagos parte em caixa e parte com emissão de instrumento patrimonial (17.853.127 ações ordinárias), conforme apresentado abaixo.

Na data da aquisição a UNISEB Operacional possuía cerca de 35.700 alunos distribuídos em 14 cursos presenciais, 13 cursos a distancia, 24 programas de pós graduação, 36 de pós graduação/MBA em parceria com a FGV e 85 de extensão (totalmente online).

Nas demonstrações financeiras da Companhia (consolidado) estão incluídas receitas líquidas de R\$ 24.901 e lucro líquido de R\$ 4.368 referentes ao Grupo UNISEB relativos ao período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2014.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	UNISEB Holding
Valor da aquisição	
Caixa	328.468
Instrumentos patrimoniais emitidos (17.853.127 ações ordinárias)	<u>522.204</u>
Total da Contraprestação	<u>850.672</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor contábil	(27.913)
Ágio	<u>822.759</u>
Alocação do ágio	
Marca	35.582
Licença de operação	621
Carteira de alunos	54.820
IR CS Diferidos	(30.947)
Goodwill	<u>762.683</u>
	822.759
	UNISEB Holding
Investimento na UNISEB "Operacional"	19.172
Ágio	9.371
Contas a pagar	<u>(630)</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	<u>27.913</u>

O valor justo das 17.853.127 ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação paga para a aquisição da UNISEB Holding (R\$ 522.204) baseou-se no preço da ação publicado em 30 de junho de 2014.

Em 1º de julho de 2014 foi incorporado pela Companhia o patrimônio líquido da Uniseb Holding S.A., mantenedora da União dos Cursos Superiores SEB Ltda. (UNISEB "Operacional"), avaliado pelo valor contábil na data da incorporação. Em decorrência da incorporação, a Empresa incorporada foi extinta e sucedida pela Estácio Participações S.A. em todos seus direitos, bens e obrigações.

(ii) Instituto de Estudos Superiores da Amazônia Ltda. ("IESAM")

Em 1º de julho de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual Da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia Ltda. ("IESAM") pelo montante de R\$ 80.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 27.381, perfaz o montante de R\$ 52.621. Parte desse valor, no montante de R\$ 36.429, foi pago em caixa e o saldo remanescente será liquidado em seis parcelas até 01 de julho de 2019, corrigidos pela variação do IPC-A.

O IESAM foi fundado em 2000 e possui aproximadamente 4.500 alunos, 15.440 vagas totais e 130 professores alocados em 01 campus, contando em seu portfólio 23 cursos superiores e 18 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	<u>IESAM</u>
Valor da aquisição	
Caixa	36.429
Compromissos a pagar	<u>16.192</u>
Total da Contraprestação	<u>52.621</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor contábil	(11.696)
Ágio	<u>40.925</u>
Alocação do ágio	
Mais valia ¹	13.216
Marca	4.346
Licença de operação	621
Carteira de Alunos	3.223
IR CS Diferidos	(7.278)
Goodwill	<u>26.797</u>
	<u>40.925</u>
	<u>IESAM</u>
Caixa e equivalentes de caixa	125
Clientes	147
Despesas antecipadas	46
Depósitos judiciais	139
Imobilizado	38.439
Empréstimos e financiamentos	(15.218)
Fornecedores	(177)
Obrigações trabalhistas	(1.519)
Obrigações tributárias	(525)
Parcelamentos	(8.831)
Provisões	<u>(930)</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	<u>11.696</u>

¹ Valor referente à mais valia do imóvel adquirido determinado pela diferença entre o valor justo do imóvel e seu valor contábil.

(iii) Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicef Ltda. ("LITERATUS")

Em 7 de agosto de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional UNICEF Ltda. ("LITERATUS") pelo montante de R\$ 21.822, sendo R\$ 15.651 liquidados em caixa e o saldo remanescente a ser pago em cinco parcelas até 07 de agosto de 2019, corrigidos pela variação da IPC-A.

A LITERATUS foi fundada em 2007, possui aproximadamente 4.800 alunos alocados em 02 campi e 14.170 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 22 cursos superiores e 25 de pós-graduação. A aquisição significa a entrada da Companhia na capital amazonense e possibilitará a expansão das operações na região norte do país, através de um dos seus principais mercados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	LITERATUS
Valor da aquisição	
Caixa	15.651
Compromissos a pagar	6.171
Total da Contraprestação	21.822
Passivo líquido assumido a valor contábil	7.368
Ágio	29.190
Alocação do ágio	
Marca	3.179
Licença de operação	600
Carteira de alunos	2.246
IR CS Diferidos	(2.049)
Goodwill	26.214
	29.190
	LITERATUS
Caixa e equivalentes de caixa	106
Clientes	300
Imobilizado	27.413
Empréstimos e financiamentos	(16.970)
Fornecedores	(3.441)
Obrigações trabalhistas	(2.011)
Obrigações tributárias	(1.161)
Parcelamentos	(10.066)
Provisões	(1.191)
Outras obrigações	(347)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(7.368)

(iv) Centro de Ensino Unificado de Teresina (“CEUT”)

Em 18 de novembro de 2014, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. (“ATUAL”), a totalidade das quotas do Centro de Ensino Unificado de Teresina (“CEUT”) pelo montante de R\$ 33.000, que diminuído do endividamento líquido da Sociedade na data de fechamento declarado pelos vendedores, no valor de R\$ 10.617, perfaz o montante de R\$ 22.383, pagos da seguinte forma: R\$ 14.549 em caixa e R\$ 7.834 em 11 parcelas até 18 de novembro de 2019, corrigidos pela IPC-A.

O CEUT foi fundado em 1994, possui aproximadamente 3.700 alunos alocados em um campus e 7.080 vagas totais autorizadas (sendo 2.250 vagas apenas do curso de Direito), contando em seu portfólio com 12 cursos superiores, dois destes recentemente autorizados e ainda em fase de maturação, e 29 cursos de pós graduação. Em 2012, foi avaliada pelo MEC, que emitiu Índice Geral de Cursos (IGC) 3, numa escala de 1 a 5.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	CEUT
Valor da aquisição	
Caixa	14.549
Compromissos a pagar	7.834
Total da Contraprestação	22.383
Passivo líquido assumido a valor contábil	10.385
Ágio	32.768
Alocação do ágio	
Marca	2.942
Licença de operação	401
Carteira de alunos	4.536
IR CS Diferidos	(2.679)
Goodwill	27.568
	32.768
	CEUT
Caixa e equivalentes de caixa	
Clientes	1.157
Outros créditos	410
Despesas antecipadas	8
Impostos e contribuições	1.057
Imobilizado	724
Empréstimos e financiamentos	(6.366)
Fornecedores	(269)
Obrigações trabalhistas	(3.119)
Obrigações tributárias	(392)
Parcelamentos	(595)
Contingências	(3.000)
Passivo líquido assumido a valor contábil	(10.385)

2.4 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.7 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.8 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.11 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.17 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.19 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia..

2.20 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.21 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2014	2013
Margem bruta média (i)	41,5	41,5
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	13,5	14,6

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 14,5% ao invés de 13,5%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (*impairment*) do ágio.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 21(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação desta demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	249	160	48.011	7.132
Caixa e equivalentes de caixa	249	160	48.011	7.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	21.786	100.846	52.997	107.692
Fundos de Investimento	210.776	145.184	232.930	153.825
Operações Compromissadas	208.433	408.475	381.143	470.534
Títulos e valores mobiliários	440.995	654.505	667.070	732.051
	441.244	654.665	715.081	739.183

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxas variando de 90,0% a 101,2% em 31 de dezembro de 2014 (de 94,2% a 101,6% em 31 de dezembro de 2013).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas a taxa efetiva, remuneradas a taxa de 75% a 104,0% do CDI em 31 de dezembro de 2014 (de 75% a 105,7% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

A aplicação em fundo de investimento é lastreada por alocações financeiras em cotas de fundos de crédito privado, CDBs e operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2014 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2014	2013
Mensalidades de alunos	326.965	261.670
FIES (a)	149.730	78.885
Convênios e Permutas	26.985	27.762
Cartões a receber (b)	30.824	25.281
Acordos a receber	38.715	30.226
	<u>573.219</u>	<u>423.824</u>
Valores a identificar	(6.807)	797
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	<u>(114.998)</u>	<u>(89.989)</u>
	<u>451.414</u>	<u>334.632</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2014	%	2013	%
FIES	149.730	26	78.885	19
A vencer	79.697	14	81.179	19
Vencidas até 30 dias	51.587	9	45.683	11
Vencidas de 31 a 60 dias	55.780	10	39.169	9
Vencidas de 61 a 90 dias	45.704	8	29.897	7
Vencidas de 91 a 179 dias	75.723	13	59.022	14
Vencidas a mais de 180 dias	114.998	20	89.989	21
	<u>573.219</u>	<u>100</u>	<u>423.824</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2014	%	2013	%
A vencer	15.030	39	16.732	55
Vencidas até 30 dias	4.231	11	3.157	10
Vencidas de 31 a 60 dias	2.759	7	2.055	7
Vencidas de 61 a 90 dias	2.280	6	1.866	6
Vencidas de 91 a 179 dias	5.877	15	3.225	11
Vencidas a mais de 180 dias	8.538	22	3.191	11
	<u>38.715</u>	<u>100</u>	<u>30.226</u>	<u>100</u>

- (a) As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou crescimento de 88% em 31 de dezembro de 2014 quando comparado a 31 de dezembro de 2013, explicado pelo aumento da base de alunos FIES. A postergação dos repasses pelo governo federal a partir do fim de 2014 produzirá efeitos de crescimento no saldo a receber do FIES a partir de 2015. Adicionalmente, a Companhia estuda ações estratégicas para mitigar os efeitos da redução e/ou restrição da concessão da referida linha de crédito aos estudantes e, dessa forma, não espera perdas relevantes no volume de receita dos próximos anos e/ou redução significativa na sua geração de caixa.

Em 2014, a provisão para o risco de crédito de FIES representa o montante de R\$ 12.360 (R\$ 8.499 em 31 de dezembro de 2013) registrado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Outros" e foi apurado conforme as premissas descritas abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Descrição	2013	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	2014
Mensalidades e taxas	89.989	222.329	(109.836)	112.493	(87.484)	114.998
	<u>89.989</u>	<u>222.329</u>	<u>(109.836)</u>	<u>112.493</u>	<u>(87.484)</u>	<u>114.998</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 25), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais, estava representada da seguinte forma (consolidado):

	2014	2013
Complemento da provisão (i)	112.493	105.312
Baixa de cobrança e depósito não identificado		(2.748)
Venda de carteira de clientes		(8.603)
PCLD das empresas adquiridas (ii)	(13.583)	(2.323)
Risco de crédito - FIES		9
Outros	501	613
	<u>99.411</u>	<u>92.260</u>

- (i) A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo vencimento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.
- (ii) Empresas adquiridas no ano conforme descrito na nota 2.3.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013
Ativo circulante				
Conta corrente				
SESES	1.367	912		
Nova Academia do Concurso	1	1		
FAL	2	1		
FATERN	3	2		
IREP	160	138		
Atual	4	4		
SEAMA	4	3		
Editora	6	6		
FARGS	2	1		
São Luís	3	3		
FACITEC	3	3		
Sociedades controladas	1.555	1.074		
Pessoas ligadas				259
	1.555	1.074		259
Fundo de investimento (i)			10.542	5-511
			10.542	5-511
	Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013
Passivo circulante				
Conta corrente				
SESES	4.131	4.140		
IREP	65	65		
Atual	3	3		
Nova Academia	3	3		
FAL	1	1		
Fatern	2	2		
Seama	4	4		
	4.209	4.218		

Composição resultado

	Controladora	
	2014	2013
Resultado em operações de mútuo		
Juros pagos	1	
Resultado líquido em 31 de dezembro	1	

- (1) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui R\$ 10.542 aplicados no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP, cujas cotas foram adquiridas pelo Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do Banco BTG Pactual. A GP Investimentos, acionista da Companhia até 20/09/2013, possui participação de 82% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. O Conselheiro de Administração Sr. Eduardo Alcalay tem relação com a GP Investimentos, na qualidade de Sócio Diretor e/ou Associado.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Seguros	98	122	1.305	2.073
IPTU a apropriar			39	
Material didático (i)			17.605	12.932
Antecipação de férias e encargos			41.424	41.920
Taxa de Credenciamento - MEC			3.896	2.573
Serviços profissionais	253		253	
Patrocínio (Olimpíadas 2016)			4.286	
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa			4.000	
Outras despesas antecipadas			2.155	571
Total	351	122	74.963	60.069
Ativo circulante	351	122	66.158	57.515
Ativo não circulante			8.805	2.554
	351	122	74.963	60.069

- (i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no exercício subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IRPJ/IRRF	14.451	6.119	29.769	21.066
CSLL	1.458	828	4.778	4.600
PIS (i)	6	3	29.143	253
COFINS	25	1	1.425	848
ISS	77	77	22.471	17.601
INSS			7.658	11.112
FGTS			454	46
IOF	106	106	115	112
OUTROS			148	
	16.123	7.134	95.961	55.638
Ativo circulante	12.463	651	70.624	30.004
Ativo não circulante	3.660	6.483	25.337	25.634
	16.123	7.134	95.961	55.638

- (i) Refere-se, principalmente, ao reconhecimento no primeiro semestre de 2014 de crédito de PIS referente a Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, referente aos anos de 1995 a 2005, representando o valor total e atualizado monetariamente pela Selic de R\$ 28.766.

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2014	2013
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	878.511	626.935
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	748.571	484.405
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	17.317	16.280
Estácio Editora ("EDITORA")	(30)	(24)
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	34.742	
	1.679.111	1.127.596

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2014								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Resultado da equivalência patrimonial
Seses	100%	391.077	1.068.197	189.686	878.511			178.720
Irep	100%	319559	1.051.308	411.144	640.164	45.965	62.442	238.652
Nova Academia de Concurso	100%	8.155	5.862	4.113	1.749	1.550	14.018	(513)
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	42	77	(35)		5	(7)
Uniseb Operacional	100%	22.337	52.014	15.042	36.972		(2.230)	15.570
Total - 31 de dezembro de 2014		2.177.423	620.062	1.557.361	47.515	76.465	(2.230)	432.422

2013								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Resultado da equivalência patrimonial
Seses	100%	340.577	774.453	148.018	626.435	500		106.000
Irep	100%	211.000	630.238	236.193	394.045	27.918	62.442	133.953
Nova Academia de Concurso	100%	6.370	4.425	3.613	812	1.450	14.018	(1.510)
Estácio Editora e Distribuidora	100%	250	42	71	(29)		5	(6)
Total - 31 de dezembro de 2013		1.409.158	387.895	1.021.263	29.868	76.465		238.437

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	818.052
Equivalência patrimonial	238.437
Aumento de capital	38.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.868
Dividendos propostos (ii)	(58.118)
Reserva de retenção de lucros (i)	53.699
Opções outorgadas	6.683
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	1.127.596
Equivalência patrimonial	432.422
Aumento de capital (iii)	130.640
Adiantamento para futuro aumento de capital	47.516
Dividendos propostos (ii)	(101.091)
Opções outorgadas	22.856
Aquisição de controlada (Nota 2.3 (i))	19.171
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2014	1.679.111

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas IREP e SESES efetuaram propostas de dividendos no montante de R\$ 93.699. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2013, relativa a esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 40.000, dos quais já foram pagos R\$ 26.000 e R\$ 14.000 em 26 de junho e 30 de outubro de 2013 respectivamente. O montante remanescente de R\$ 53.699 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada IREP apresentou proposta de distribuição e dividendos de R\$ 101.091 (2013 – R\$ 58.118). Em 2014, foram recebidos R\$ 58.040 dos dividendos propostos em 2013.
- (iii) Refere-se a aumento de capital realizado nas controladas SESES e IREP no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2014.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

Intangível - Controladora

		2012	2013	
		Custo	Adições	Custo
Custo				
Direito de uso de software		8	20	28
Fundo de comércio		818		818
		826	20	846
		Amortização	Adições	Amortização
Amortização	Taxas de amortização			
Direito de uso de software	20% a.a.	(2)	(6)	(8)
Fundo de comércio	20% a.a.	(273)	(164)	(437)
		(275)	(170)	(445)
Saldo residual líquido		551	(150)	401
		2013	2014	
		Custo	Adições	Custo
Custo				
Ágio em aquisições de investimentos (i)			772.054	772.054
Direito de uso de software		28	71	99
Fundo de comércio (i)		818	91.023	91.841
		846	863.148	863.994
		Amortização	Adições	Amortização
Amortização	Taxas de amortização			
Ágio em aquisições de investimentos	20% a.a.	(8)	(12)	(20)
Direito de uso de software	20% a.a.	(437)	(10.032)	(10.469)
Fundo de comércio				
		(445)	(10.044)	(10.489)
Saldo residual líquido		401	853.104	853.505

(i) As adições em 2014 refere-se a aquisição da UNISEB, empresa incorporada pela Companhia em julho de 2014, conforme detalhes na Nota 2.3 (i).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível – Consolidado

		2012	Adições por combinação de negócios	Adições	Baixas	Transf.	2013
		Custo					Custo
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos		204.190		32.769			236.959
Direito de uso de software		70.565	26	24.474	(4.712)		90.353
EAD e Integração		14.656		647			15.303
CSC		1.940					1.940
Central de Ensino		46.837		7.317			54.154
Central de Relacionamento		2.348					2.348
Hemisférios		1.346					1.346
Arquitetura de TI		7.323		4.874			12.197
Conteúdo de disciplinas on line		4.628		1.142			5.770
Fábrica de conhecimento EAD		4.505		6.308			10.813
Fundo de Comércio		17.133		9.296			26.429
Marcas e Patentes		2			(2)		
Outros		1.994		3.384			5.378
		377.467	26	90.211	(4.714)	-	462.990
		2012	Adições por combinação de negócios	Adições	Baixas	Transf.	2013
		Amortização					Amortização
Taxas de amortização							
Amortização							
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida					(6.924)
Direito de uso de software		20% a.a.		(10.647)			(50.162)
EAD e Integração		20% a.a.		(2.733)			(11.851)
CSC		20% a.a.		(388)			(1.791)
Central de Ensino		5% a.a.		(1.995)			(8.420)
Central de Relacionamento		20% a.a.		(470)			(1.409)
Hemisférios		20% a.a.		(269)			(803)
Conteúdo de disciplinas on line		20% a.a.		(1.010)			(1.010)
Fábrica de conhecimento EAD		5% a.a.		(317)			(317)
Fundo de Comércio		20% a.a.		(6.170)			(10.797)
Marcas e Patentes		(2)			2		
Outros		20% a.a.		(123)			(205)
		(69.569)		(24.122)	2	-	(93.689)
Saldo residual líquido		307.898	26	66.089	(4.712)	-	369.301
		2013	Adições por combinação de negócios	Adições	Baixas	Transf.	2014
		Custo					Custo
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos		236.959		851.939	(524)		1.088.374
Direito de uso de software		90.353	2.198	45.843	(18)	59	138.435
EAD e Integração		15.303		1.466			16.769
CSC		1.940					1.940
Central de Ensino		54.154		6.949			61.103
Central de Relacionamento		2.348					2.348
Hemisférios		1.346					1.346
Arquitetura de TI		12.197		3.654			15.851
Conteúdo de disciplinas on line		5.770		614			6.384
Fábrica de conhecimento EAD		10.813		6.118			16.931
Fundo de Comércio		26.429		126.663			153.092
Outros		5.378	3	6.443			11.824
		462.990	2201	1.049.689	(542)	59	1.514.397
		2013	Adições por combinação de negócios	Adições	Baixas	Transf.	2014
		Amortização					Amortização
Taxas de amortização							
Amortização							
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida					(6.924)
Direito de uso de software		20% a.a.	(1.131)	(20.392)		(59)	(71.744)
EAD e Integração		20% a.a.		(1.233)			(13.084)
CSC		20% a.a.		(149)			(1.940)
Central de Ensino		5% a.a.		(2.398)			(10.818)
Central de Relacionamento		20% a.a.		(469)			(1.878)
Hemisférios		20% a.a.		(269)			(1.072)
Conteúdo de disciplinas on line		20% a.a.		(1.158)			(2.168)
Fábrica de conhecimento EAD		20% a.a.		(625)			(942)
Fundo de Comércio		20% a.a.		(17.194)			(27.991)
Outros		20% a.a.		(203)			(408)
		(93.689)	(1.131)	(44.090)	-	(59)	(138.969)
Saldo residual líquido		369.301	1.070	1.005.599	(542)	-	1.375.428

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2014	2013
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Seama	18.035	18.035
Idez	2.047	2.047
Uniuol	956	956
Fargs	8.055	8.055
São Luis	27.369	27.369
Pacitec (i)	26.654	27.124
Assesc (i)	4.723	4.778
Iesam (Nota 2.3)	26.797	
Literatus (Nota 2.3)	25.521	
Ceut (Nota 2.3)	27.568	
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estácio Editora	5	5
Uniseb (Nota 2.3)	9.371	
Uniseb Holding (Nota 2.3)	762.683	
	1.081.450	230.035

(i) A variação deve-se a correção no PPA (*Purchase Price Allocation*) nos cálculos do intangível de licença de operações e na alíquota do cálculo do passivo fiscal diferido.

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2014, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,5% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

A Companhia realiza anualmente o teste para o *impairment*. Os ágios apurados na avaliação efetuada no encerramento do exercício de 31 de dezembro das aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, tomaram como base as seguintes premissas: i) projeção dos fluxos futuros para 10 anos com uma taxa de crescimento na perpetuidade de 5% (equivalente à taxa de inflação de longo prazo sem nenhum crescimento real) e ii) taxa de desconto nominal de 13,5% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perda.

Especificamente quanto ao ágio pago na aquisição da Uniseb, as principais premissas utilizadas nas projeções de resultado, são:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . Aumento médio da base de alunos de 8%;
- . Valor da mensalidade corrigido pela inflação do período;
- . Taxa de crescimento do fluxo de caixa na perpetuidade de 5,0%;
- . Taxa de desconto nominal de 13,5%;
- . Projeção de resultados futuros para o período de 10 anos.

10 Imobilizado

Imobilizado - Controladora

		2012	2013		
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Computadores e periféricos		9.080	1.011		10.090
		9.080	1.011		10.090
		Taxa de depreciação	Depreciação	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Computadores e periféricos	25% a.a.	(5.373)	(2.362)		(7.734)
		(5.373)	(2.362)		(7.734)
Saldo residual líquido		3.707	(1.351)		2.356
		3.707	(1.351)		2.356
		2013	2014		
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo					
Computadores e periféricos		10.090		(1.015)	9.075
Instalações			33		33
		10.090	33	(1.015)	9.108
		Taxa de depreciação	Depreciação	Baixas	Depreciação
Depreciação					
Computadores e periféricos	25% a.a.	(7.734)	(1.114)	2	(8.846)
		(7.734)	(1.114)	2	(8.846)
Saldo residual líquido		2.356	(1.081)	(1.013)	262
		2.356	(1.081)	(1.013)	262

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

					Consolidado
					2012
					2013
					Custo
Custo					
Terrenos		19.480			19.480
Edificações		84.610	503	(52)	89.993
Benfeitorias em imóveis de terceiros		101.081	5.625		131.673
Móveis e utensílios		52.035	7.737	(48)	62.766
Computadores e periféricos		82.590	7.430	(42)	93.131
Máquinas e equipamentos		64.181	635	(92)	73.535
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		25.523	6.434	(6)	32.147
Biblioteca		78.792	1.271		96.448
Instalações		12.526	41		17.516
Tablets		18.701	13.050		32.126
Outros		6.457	4.854	(1)	10.020
Construções em andamento		24.328	1.113	(2.053)	11.131
Desmobilização		12.060	11.315	(24.417)	11.650
		582.364	2.710	(885)	681.616
				16.013	
					2012
					2013
					Depreciação
Depreciação					
Terrenos					
Edificações	1,67 % a.a.	(38.159)	(1.169)	124	(39.204)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(65.217)	(9.036)	(5.607)	(79.860)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(27.347)	(3.547)	(2.604)	(33.498)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(53.826)	(12.682)	(2.875)	(69.383)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(37.906)	(7.851)	(937)	(46.694)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(11.390)	(1.269)	(113)	(12.772)
Biblioteca	5% a.a.	(33.077)	(3.267)	(3.335)	(39.679)
Instalações	8,33% a.a.	(4.911)	(1.094)	(93)	(6.098)
Tablets	20% a.a.	(1.718)	(2.200)		(3.918)
Outros	14,44% a.a.	(3.253)	(1.177)	(476)	(4.906)
Construções em andamento					
Desmobilização		(10.900)	1.007	(97)	(9.990)
		(287.704)	-	(16.013)	(346.002)
Saldo residual líquido		294.660	2.710	-	335.614
					2013
					2014
					Custo
Custo					
Terrenos		19.480		(107)	19.373
Edificações		89.993	36.224	(450)	112.249
Benfeitorias em imóveis de terceiros		131.673	23.575	17.955	210.895
Móveis e utensílios		62.766	9.048	7.372	78.870
Computadores e periféricos		93.131	19.203	10.139	120.413
Máquinas e equipamentos		73.535	10.884	12.503	96.357
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		32.147	1.615	(85)	41.425
Biblioteca		96.448	15.357	15.096	126.883
Instalações		17.516	1.786	7.857	27.135
Tablets		32.126	62	13.273	45.459
Outros		10.020	525	1.879	12.371
Construções em andamento		11.131	22.935	(2.678)	7.771
Desmobilização		11.650		(12)	11.638
		681.616	118.279	(6.370)	910.839
				(488)	
					2013
					2014
					Depreciação
Depreciação					
Terrenos					
Edificações	1,67 % a.a.	(39.204)	(6.647)	(1.986)	(47.277)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(79.860)	(2.120)	(15.495)	(97.480)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(33.498)	(3.919)	(4.555)	(41.802)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(69.383)	(12.649)	(14.419)	(94.866)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(46.694)	(4.150)	(10.844)	(60.594)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(12.772)	(1.569)	(1.833)	(16.133)
Biblioteca	5% a.a.	(39.679)	(6.375)	(4.708)	(50.762)
Instalações	8,33% a.a.	(6.098)	(1.632)	(1.710)	(9.440)
Tablets	20% a.a.	(3.918)	(38)	(6.403)	(10.357)
Outros	14,44% a.a.	(4.906)	(398)	(842)	(6.126)
Desmobilização		(9.990)		(415)	(10.291)
		(346.002)	(39.497)	3.093	(445.128)
Saldo residual líquido		335.614	78.782	(3.277)	465.711

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2013	2014		
		Custo	Adições	Baixas	Custo
Custo	Arrendamentos financeiros capitalizados				
		48.392	10.234		58.626
		48.392	10.234		58.626
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação	Arrendamentos financeiros capitalizados	25% a.a.	(35.625)	(8.663)	(44.288)
			(35.625)	(8.663)	(44.288)
Saldo contábil líquido		12.767	1.571		14.338

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% a.m e/ou CDI + 0,25% a.m				228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a		1.010		1.010
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			8.751	5.721
Contratos de arrendamento mercantil Assist				191	653
Contratos de arrendamento mercantil CIT				647	
Contratos de arrendamento mercantil Total Service				11	113
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.a			72	
Contratos de arrendamento mercantil Santander	15,2% a.a			11	
Contratos de arrendamento mercantil Santander	12,23% a.a			8	
Empréstimo IFC	CDI + 1,53% a.a	59.179	66.914	59.179	66.914
Gastos IFC		(2.189)	(2.519)	(2.189)	(2.519)
Primeira Emissão de Debêntures	CDI + 1,50% a.a	202.460	202.166	202.460	202.166
Segunda Emissão de Debêntures	CDI 1,18% a.a	307.675		307.675	
Gastos Emissão de Debêntures		(2.499)	(1.007)	(2.499)	(1.007)
Opção de Recompra de Ações					
Banco Itaú		34	34	34	34
Empréstimo - FEE BNB	3% a.a			2.241	1.593
Empréstimo – Banco da Amazônia	9,5% a.a			12.634	
Empréstimo – Banco CEF	14,39%			(77)	
Empréstimo – Banco Itaú	29,44%			24	
		564.660	266.598	589.173	274.906
Passivo circulante		19.833	31.246	28.464	36.692
Passivo não circulante		544.827	235.352	560.709	238.214
		564.660	266.598	589.173	274.906

Os custos de captação a liquidar somam R\$ 4.688 em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$ 2.189 dos empréstimos com o IFC (R\$ 477 do 1º empréstimo e R\$ 1.712 do 2º empréstimo) e R\$ 2.499 das debêntures.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
2015		49.118		51.310
2016	8.385	68.613	12.956	69.067
2017	68.385	88.613	71.751	88.829
2018	228.385	8.863	229.974	8.863
2019	228.385	8.863	229.974	8.863
2020	8.866	8.863	10.455	8.863
2021	2.421	2.419	4.010	2.419
2022			1.589	
Passivo não circulante	<u>544.827</u>	<u>235.352</u>	<u>560.709</u>	<u>238.214</u>

Os recursos captados estão sendo utilizados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita, a aquisições de empresas do setor e/ou a criação de novos campi.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em reais.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 58.626.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000. Em 02 de junho de 2014 a empresa negociou junto ao IFC a centralização dos recebíveis dos dois contratos apenas nos fluxos das unidades da UNESA, mantendo o mesmo fluxo mínimo de R\$33.000, liberando assim os recebíveis da IREP para futuras operações.

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures – Primeira Emissão

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 20 de maio de 2014, foi realizada a 2ª Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), que deliberou pela aprovação da repactuação da presente emissão.

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2019, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 12,91% (2013 - 11,52%).

A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 12,09%.

	2014
2014	2.460
2018	100.000
2019	100.000
	<hr/> 202.460 <hr/>

Debêntures – Segunda Emissão

Assim como a primeira emissão, a segunda emissão de debêntures também possui cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. Em 15 de setembro de 2014 foi realizada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou a 2ª emissão das Debêntures.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,18% ao ano e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 15 de outubro de 2019, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (abril e outubro).

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 12,91% (2013 - 11,52%).

A taxa efetiva de juros das debêntures II (TIR) anual é de 12,96%.

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	2014
2014	7.675
2017	60.000
2018	120.000
2019	120.000
	307.675

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos sociais a pagar	199	135	94.736	64.956
Provisão de férias			26.878	14.716
	199	135	121.614	79.672

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ISS a recolher	4	4	15.908	13.212
IRRF a recolher	56	40	13.466	6.282
PIS e COFINS a recolher	40	(7)	1.598	759
IOF			384	384
INSS			290	
	100	37	31.646	20.637
IRPJ a recolher	1.465	1.551	6.401	9.660
CSLL a recolher	546	568	2.459	3.725
	2.011	2.119	8.860	13.385
	2.111	2.156	40.506	34.022

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2014	2013
IRPJ	6.461	67
CSLL	1.543	107
FGTS	1.307	12
ISS	1.341	1.008
PIS	493	85
COFINS	1.553	323
INSS	6.596	6.832
IPTU	59	
	19.353	8.434
Passivo circulante	3.590	1.495
Passivo não circulante	15.763	6.939
	19.353	8.434

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
2015	1.217	777
2016	1.331	777
2017	1.331	777
2018 a 2027	11.884	4.608
	15.763	6.939

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2014	2013
FAL	557	785
FATERN	1.082	1.529
SEAMA	-	2.011
IDEZ	-	217
FARGS	-	1.108
UNIUL	327	461
FACITEC	10.912	19.032
SÃO LUIS	14.252	12.848
ASDESC	644	1.481
IESAM	17.190	
LITERATUS	6.424	
CEUT	8.311	
	59.699	39.472
Passivo circulante	20.486	22.206
Passivo não circulante	39.213	17.266
	59.699	39.472

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente à aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

A tabela a seguir analisa o preço por aquisição a pagar do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
IESAM	2.045	2.580	12.565
LITERATUS	832	1.205	4.387
CEUT	2.487	1.356	4.468

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	2014		Consolidado 2013	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	1.762	24.311	3.250	17.491
Trabalhistas	25.121	79.572	25.130	78.319
Tributárias		17.058		8.248
	<u>26.883</u>	<u>120.941</u>	<u>28.380</u>	<u>104.058</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		25.130	3.250 28.380
Adições		19.998	2.175 22.173
Reversões/ Baixas		(20.007)	(3.663) (23.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>25.121</u>	<u>1.762</u> <u>26.883</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	2014	2013
Composição resultado		
Adições	22.173	24.459
Reversões	(23.670)	(19.284)
Reversão Responsabilidade antigos quotistas		(161)
Saldo adicionado em combinação de negócios	(2.416)	
Outros		(70)
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	<u>(3.913)</u>	<u>4.944</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Em milhares de reais
Indenização danos morais	1.239
Cobrança indevida	299
Impedimento de matrícula/rematrícula	37
Problemas com disciplina	25
Devolução de taxas	24
Demora expedição de diploma	19
Outros*	<u>119</u>
	<u>1.762</u>

(*) Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	5.424
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.996
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.522
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.763
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.521
Férias	1.426
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	951
Desvio de função e equiparação	857
Outros*	4.661
	<u>25.121</u>

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, em razão da inexistência de processos classificados com risco de perda provável, a Administração entendeu ser desnecessária a manutenção de qualquer provisão para tais ações.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. De acordo com essa avaliação de risco e nos critérios de provisionamento adotados pela Companhia, existem contingências para as quais não há provisões constituídas, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Tributárias	384.539	348.689
Cíveis	101.765	89.038
Trabalhistas	<u>33.597</u>	<u>71.309</u>
	<u>519.901</u>	<u>509.036</u>

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar:

- (i) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. As Respectivas impugnações foram apresentadas perante a Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 204.153. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

possibilidade de perda nesses processos é possível;

- (ii) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 13.455; e
- (iii) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), conforme mencionado no item (ii) acima, foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 78.941. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco (Atual "Itaú") com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Itaú na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Itaú, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Itaú pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Itaú, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Itaú pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 9.141 (R\$ 12.028 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante consolidado, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2014 o capital social é representado por 315.429.884 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2014	%	2013	%
Administradores e Conselheiros	24.755.424	7,9	3.379.507	1,2
Tesouraria	2.351.800	0,7	1.796.700	0,6
Outros (*)	288.142.660	91,4	290.035.939	98,2
	<u>315.429.884</u>	<u>100,0</u>	<u>295.212.146</u>	<u>100,0</u>

(*) Free float.

Durante 2013, a Companhia realizou oferta pública de ações e, como resultado, o seu capital social foi aumentado em R\$ R\$ 616.858 correspondentes a 44.061.300 ações. Também durante 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado em R\$ 24.510, correspondentes a 3.634.793 ações, como resultado do exercício de opção de compras de ações.

Em 20 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A., em cumprimento ao que estabelece o artigo 12, parágrafo 4º, da instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM nº 449, de 16 de março de 2007, comunicou ter recebido da *Private Equity Partners C, LLC* e o GPCP4- Fundo de Investimento em participações, correspondência na qual informou à Companhia que, em 19 de setembro de 2013, alienou a totalidade de sua participação acionária na Companhia, cuja liquidação de referida venda se deu somente no dia 23 de setembro de 2013.

Na Assembleia de 22 de abril de 2014 foi aprovada a emissão privada de 2.182.342 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 17.365, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

Na reunião de conselho de administração realizada em 7 de agosto de 2014 foi aprovada a emissão privada de 182.269 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.726, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2013	295.212.146
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 22 de abril de 2014	2.182.342
Emissão de ações ordinárias, pela incorporação da UNISEB Holding	
- AGE de 01 julho de 2014 (Nota 2.3)	17.853.127
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 07 de agosto de 2014	<u>182.269</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>315.429.884</u>

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

O custo com emissão de ações referente à oferta pública no exercício de 2013 foi de R\$ 24.033.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do total de 21.182.085 ações ordinárias em circulação no mercado.

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do total de 66.475.925 ações ordinárias em circulação no mercado. Foram adquiridas 193.500 (cento e noventa e três mil e quinhentas) ações ordinárias, equivalentes a 5,82% do total de ações previstas para o programa.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011 a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carregou um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representou o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

O programa foi encerrado em 15 de abril de 2013 após o exercício da última call, no total a Companhia exerceu a opção de compra de 1.007.700 (hum milhão sete mil e setecentas) ações a um preço médio de R\$ 7,09.

Em reunião do conselho de administração realizada em 08 de dezembro de 2014, foi aprovada a criação do 3º programa de recompra de ações, em bolsa de valores, de até 6.308.598 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (555.100 ações ordinárias recompradas no período 08 a 30 dezembro de 2014 e 5.753.498 ações ordinárias recompradas no período de 02 janeiro a 03 fevereiro de 2015) equivalente a 2% das ações totais emitidas pela Companhia.

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2014	2.351.800	10,57	24.851

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é composto da seguinte forma:

		Controladora
	2014	2013
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	
	595.464	96.565

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2014
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	522.204
Ágio na emissão de ações	498.899

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 20.378 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 6.683 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013), conforme mencionado na Nota 21(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Incentivo de longo prazo

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para incentivos de longo prazo (Nota 21 (c)) no valor de R\$ 2.478 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2014, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 303.273 a reserva de retenção de lucros (2013 - R\$ 174.354), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 28 de abril de 2015.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro líquido do exercício da controladora	425.645	244.707
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(21.282)	(12.235)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	404.363	232.472
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	101.090	58.118
Quantidade de ações em 31 de dezembro	315.429.884	295.212.146
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	2.351.800	1.796.700
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,32289	0,19807

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão de carência no prazo máximo de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras em 31 de dezembro de 2014
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(d) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* e *Moody's*.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas, conforme mencionado na nota 19 (e). Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014				
Fornecedores	50.344			
Empréstimos	79.010	78.371	664.846	13.442
Obrigações com arrendamento financeiro	6.054		3.547	
Preço de aquisição a pagar	20.318	3.387	42.129	
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	40.429			
Empréstimos	57.071	74.401	200.896	24.549
Obrigações com arrendamento financeiro	4.763		1.724	
Preço de aquisição a pagar	22.206	4.734	15.211	

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 02 de setembro de 2014 (11,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de dezembro de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

		Cenário elevação do CDI		
	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	11,57%	14,46%	17,36%
R\$ 667.070		77.181	96.476	115.771
Debêntures I	CDI+1,50	13,24%	16,18%	19,12%
R\$ (202.460)		(26.813)	(32.757)	(38.701)
Debêntures II	CDI+1,18	12,89%	15,81%	18,74%
R\$ (307.675)		(39.649)	(48.653)	(57.658)
IFC I	CDI+1,53	13,28%	16,21%	19,15%
R\$ (39.449)		(5.238)	(6.396)	(7.555)
IFC II	CDI+1,69	13,46%	16,40%	19,34%
R\$ (19.730)		(2.655)	(3.235)	(3.815)
Posição líquida		<u>2.826</u>	<u>5.435</u>	<u>8.042</u>

		Cenário queda do CDI		
	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	11,57%	8,68%	5,79%
R\$ 667.070		77.181	57.885	38.590
Debêntures I	CDI+1,50	13,24%	10,31%	7,37%
R\$ (202.460)		(26.813)	(20.869)	(14.925)
Debêntures II	CDI+1,18	12,89%	9,96%	7,03%
R\$ (307.675)		(39.649)	(30.644)	(21.640)
IFC I	CDI+1,53	13,28%	10,34%	7,40%
R\$ (39.449)		(5.238)	(4.079)	(2.921)
IFC II	CDI+1,69	13,46%	10,51%	7,57%
R\$ (19.730)		(2.655)	(2.074)	(1.494)
Posição líquida		<u>2.826</u>	<u>219</u>	<u>(2.390)</u>

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

		Consolidado	
		2014	2013
Total do passivo		1.121.326	621.009
(-) Caixa e equivalente de caixa		(48.011)	(7.132)
Dívida líquida		1.073.315	613.877
Patrimônio líquido		<u>2.392.860</u>	<u>1.517.642</u>
Dívida líquida sobre patrimônio		<u>0,45</u>	<u>0,40</u>

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2014	2013
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	53.876	53.876
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Vida em grupo	419.570	353.160
Demais ramos	2.720	2.720

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 15.025 e R\$ 12.438, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

Financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie. Em 31 de dezembro de 2014 o capital está dividido em 315.429.884 ações ordinárias nominativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o número de opções outorgadas, dos colaboradores ativos, que foram exercidas foi de 2.364.611 ações (R\$ 19.106), sendo o total de ações outorgadas de 16.523.555 ações (R\$ 38.068).

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 3,35	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	11	727.668	521.100
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 4,14	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	12	727.626	550.176
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 4,68	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	13	727.626	564.720
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 5,36	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	14	727.626	564.720
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,70	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	15	727.626	564.720
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 1,06	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	11	663.645	-
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,71	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	12	663.633	399.999
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,14	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	13	663.633	399.999
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,37	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	14	663.633	399.999
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,67	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	15	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,02	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	11	636.369	18.180
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,66	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	12	636.363	72.729
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,07	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	13	636.363	72.729
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,37	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	14	636.363	72.729
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,56	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	15	636.363	72.729
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 2,37	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	11	174.582	-
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,10	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	12	174.537	32.727
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,59	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	13	174.537	32.727
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	14	174.537	32.727
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,21	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	15	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,73	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	11	89.115	10.914
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,55	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	12	89.085	38.181
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 5,11	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	13	89.085	38.181
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,53	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	14	89.085	52.728
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,80	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	15	89.085	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	11	90.909	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,96	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	12	90.909	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,50	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	13	90.909	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,91	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	14	90.909	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	15	90.909	-
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,05	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	11	129.702	39.063
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,87	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	12	129.684	39.063
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	13	129.684	48.438
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,80	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	14	129.684	48.438
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,04	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	15	129.684	60.936
Programa 2P nov/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,36	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	11	12.000	-
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,22	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	12	12.000	-
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,80	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	13	12.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,24	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	14	12.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,52	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	15	12.000	-
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,96	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	11	195.861	10.170
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	12	195.807	35.592
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,69	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	13	195.807	51.072
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,22	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	14	195.807	51.072
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 5,57	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	15	195.807	51.072
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,15	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	11	165.324	12.717
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,13	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	12	165.240	38.133
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,78	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	13	165.240	61.011
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,28	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	14	165.240	61.011
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	15	165.240	61.011
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,65	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	11	306.000	27.000
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,34	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	12	306.000	42.000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,79	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	13	306.000	42.000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,13	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	14	306.000	42.000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 3,35	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	15	306.000	42.000
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,80	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	11	48.000	-
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,53	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	12	48.000	-
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,03	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	13	48.000	9.000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,43	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	14	48.000	9.000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,69	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	15	48.000	9.000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 7,19	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	12	15.000	-
	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,76	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	13	15.000	-
	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,24	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	14	15.000	-
	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,67	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	15	15.000	-
	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,96	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	16	15.000	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P	10/01/2014	10/01/2024	R\$ 8,23	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	11	160.200	7.200
Programa 4P	10/01/2015	10/01/2025	R\$ 8,35	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	12	160.200	7.200
Programa 4P	10/01/2016	10/01/2026	R\$ 8,48	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	13	160.200	7.200
Programa 4P	10/01/2017	10/01/2027	R\$ 8,62	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	14	160.200	7.200
Programa 4P	10/01/2018	10/01/2028	R\$ 8,75	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	15	160.200	7.200
Programa 5P 3	01/03/2014	01/03/2024	R\$ 6,37	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	11	144.000	-
Programa 5P 3	01/03/2015	01/03/2025	R\$ 7,02	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	12	144.000	21.000
Programa 5P 3	01/03/2016	01/03/2026	R\$ 7,60	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	13	144.000	21.000
Programa 5P 3	01/03/2017	01/03/2027	R\$ 8,11	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	14	144.000	21.000
Programa 5P 3	01/03/2018	01/03/2028	R\$ 8,58	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	15	144.000	21.000
Programa 6P	10/04/2014	10/04/2024	R\$ 5,05	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	11	265.000	-
Programa 6P	10/04/2015	10/04/2025	R\$ 5,79	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	12	265.000	5.000
Programa 6P	10/04/2016	10/04/2026	R\$ 6,40	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	13	265.000	5.000
Programa 6P	10/04/2017	10/04/2027	R\$ 6,94	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	14	265.000	5.000
Programa 6P	10/04/2018	10/04/2028	R\$ 7,43	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	15	265.000	5.000
Programa 6P	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 15,13	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	11	770.500	-
Programa 6P	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,76	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	12	770.500	-
Programa 6P	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 16,41	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	13	608.000	-
Programa 6P	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 17,05	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	14	608.000	-
Programa 6P	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 17,65	R\$ 29,94	26,43%	0,00%	11,99%	15	608.000	-
Programa 6P	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 14,48	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	11	110.000	-
Programa 6P	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,10	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	12	110.000	-
Programa 6P	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 15,74	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	13	60.000	-
Programa 6P	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 16,38	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	14	60.000	-
Programa 6P	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 16,98	R\$ 29,16	26,68%	0,00%	11,99%	15	60.000	-
Programa 7P	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,58	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	11	177.800	-
Programa 7P	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 9,71	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	12	177.800	-
Programa 7P	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 10,64	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	13	177.800	-
Programa 7P	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 11,47	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	14	177.800	-
Programa 7P	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 12,24	R\$ 26,83	28,80%	0,00%	11,99%	15	177.800	-

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2014 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 20.378 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 6.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2014		2013	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	7,00	570.141	22,07	2.110.233
Transferência para CA			6,58	1.250.472
Concedidas	7,24	514.881	6,63	734.214
Exercidas	7,06	583.061	7,00	1.023.834
	8,28	501.961	7,00	570.141

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho de administração

	2014		2013	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	6,67	30.000	22,07	30.000
Transferência da D.E			6,58	1.250.472
Concedidas	5,71	725.454	6,32	725.454
Exercidas	6,57	724.824	6,67	1.975.926
	6,76	30.630	6,67	30.000

(c) Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de Abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria. Conforme descrito na nota 30, em 05 de fevereiro de 2015, a companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício /CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, com vencimentos em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080.

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.478.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação em 31 de dezembro de 2014.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ação básico

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	425.645	244.707
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	305.748.765	289.167.945
Lucro líquido por ação básico	0,001392	0,000846

(b) Resultado por ação diluído

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	425.645	244.707
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	305.748.765	289.167.945
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	889.000	419.083
Média ponderada ajustada de ações em circulação	306.637.765	289.587.028
Lucro líquido por ação diluído	0,001388	0,000845

23 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	2014	2013
Receita bruta das atividades	3.415.980	2.490.985
Deduções da receita bruta	(1.011.516)	(759.975)
Gratuidades - bolsas de estudo	(827.990)	(635.993)
Devolução de mensalidades e taxas	(24.728)	(19.870)
Descontos concedidos	(4.146)	(6.648)
Impostos	(100.670)	(72.516)
FGEDUC	(53.982)	(24.948)
Receita líquida das atividades	2.404.464	1.731.010

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2014	2013
Pessoal e encargos sociais	(998.168)	(741.303)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(31.200)	(26.631)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(176.549)	(138.951)
Correios e Malotes	(6.219)	(5.001)
Depreciação e amortização	(71.377)	(48.666)
Material didático	(54.238)	(42.973)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(38.088)	(33.011)
Custos dos serviços prestados	<u>(1.375.839)</u>	<u>(1.036.536)</u>

25 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(99.411)	(92.260)
Publicidade			(102.024)	(60.824)
Vendas e marketing			(33.026)	(27.647)
Outras			(3.862)	(3.141)
Despesas comerciais			<u>(238.323)</u>	<u>(183.872)</u>
Pessoal e encargos sociais	(2.313)	(1.560)	(168.681)	(120.895)
Serviços de terceiros	(3.463)	(3.129)	(64.181)	(50.000)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(2.477)	(1.592)
Material de consumo	(3)		(2.321)	(1.961)
Manutenção e reparos	(66)	(5)	(28.107)	(22.857)
Depreciação e amortização (i)	(11.799)	(3.154)	(36.565)	(23.068)
Convênios educacionais	(278)	(307)	(7.906)	(6.417)
Viagens e estadias	(196)	(117)	(10.690)	(6.320)
Condenações liquidadas	(9)	(118)	(19.316)	(13.315)
Eventos institucionais	(107)	(5)	(11.217)	(2.435)
Provisão para contingências			3.913	(4.944)
Cópias e encadernações			(4.343)	(2.174)
Seguros	(2.559)	(173)	(4.798)	(1.260)
Material de limpeza			(2.323)	(1.936)
Condução e transporte	(2)	(4)	(2.774)	(1.892)
Aluguel de veículo			(2.391)	(2.333)
Outras	(1001)	(876)	(19.696)	(14.465)
Despesas gerais e administrativas	<u>(21.796)</u>	<u>(9.448)</u>	<u>(383.873)</u>	<u>(277.864)</u>

(i) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 641.

26 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas com convênios	1.675	1.800	2.884	2.968
Receitas de aluguéis			12.978	10.520
Intermediação de negócios			1.106	1.081
Reversão de Provisões administrativas				(310)
Receita web aula			1.556	
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	(54)	(310)	1.548
	<u>1.674</u>	<u>1.746</u>	<u>18.214</u>	<u>15.807</u>

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			13.327	9.327
Rendimentos de aplicações financeiras	50.699	41.963	68.899	48.942
Variação monetária ativa (i)	694	11	23.089	3.069
Outras	168	361	3.913	432
	<u>51.561</u>	<u>42.335</u>	<u>109.228</u>	<u>61.770</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1.425)	(427)	(10.042)	(7.724)
Juros e encargos financeiros	(39.660)	(25.622)	(55.013)	(28.437)
Descontos financeiros (ii)			(27.446)	(11.216)
Variação monetária passiva			(6.519)	(3.991)
Outras	(162)	(196)	(1.945)	(2.211)
	<u>(41.247)</u>	<u>(26.245)</u>	<u>(100.965)</u>	<u>(53.579)</u>

(i) Corresponde à atualização de impostos a recuperar. A variação monetária ativa apresentou um crescimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 quando comparada a 31 de dezembro de 2013, principalmente explicado pelo reconhecimento da correção monetária do crédito levantado de PIS, conforme mencionado na Nota 7.

(ii) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSSL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	422.614	246.825	432.906	256.736
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(143.689)	(83.921)	(147.188)	(87.290)
Ajustes da Lei 11.638/2007			(5.918)	(225)
Equivalência patrimonial	147.023	81.944		(1.547)
Amortização de Ágio	(3.411)	(278)	(5.846)	(508)
Despesas não dedutíveis (a)	(421)	(805)	(3.657)	(2.773)
Provisão ILP Funcionários			(843)	
Prejuízo fiscal	149	918	149	(691)
Despesas com desmobilização			(141)	(1.013)
Provisão para contingências			1.331	(2.753)
Reversão de PCLD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(9.759)	(2.274)
Reversões de provisões administrativas				(105)
Outras	25	24	2.059	1.213
	(324)	(2.118)	(169.813)	(97.966)
Benefícios Fiscais				
Incentivo Fiscal – PROUNI			145.812	82.960
Incentivo Fiscal – Lei Rouanet				768
Imposto de renda e contribuição Social correntes no resultado do exercício	(324)	(2.118)	(24.001)	(14.238)
Alíquota efetiva - %	(0,08)	(0,86)	(5,54)	(5,55)

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PCLD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição Social correntes	(324)	(2.118)	(24.001)	(14.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.355		16.740	1.736
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores				473
	3.031	(2.118)	(7.261)	(12.029)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 15.180. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para contingências			10.976	11.532
Mensalidades a cancelar			4.398	2.273
Provisão para desmobilização			3.526	3.424
Sobre Fundo de comércio (Nota 2.3)	(27.593)		(46.067)	(8.596)
Provisão Risco Fies			1.259	
Opções Outorgadas Reconhecidas			8.704	
Atualização de Desmobilização			323	
Fundo de Comércio			(745)	
Prejuízo fiscal			2.584	
Outros Ativos			(138)	
	(27.593)		(15.180)	8.633
Ativo			31.168	16.999
Passivo	(27.593)		(46.348)	(8.366)
	(27.593)		(15.180)	8.633

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de dezembro de 2014 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2014 a controlada IREP possui Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 2.367 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 13.188 (R\$ 14.332 em 31 de dezembro de 2013) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Em novembro de 2013 foi editada a medida provisória número 627- MP, convertida em maio/2014 na Lei 12.973, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Transição Tributária - RTT. A Companhia e suas controladas, apoiada pelos seus assessores tributários, analisaram os dispositivos desta Lei, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras e sobre a sua estrutura de controles internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, concluindo que não há efeitos materiais sobre essas demonstrações financeiras. Portanto, a administração decidiu por não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

29 Outras informações

- (a) Contas a compensar - Sistema FIES, no ativo circulante, referem-se a valores disponíveis do programa de Financiamento Estudantil para posterior compensação com tributos federais ou, em caso de opção, realização em caixa.
- (b) Mensalidades recebidas antecipadamente, no passivo circulante, referem-se a valores recebidos antecipadamente de alunos em troca de descontos. São apropriados no resultado mediante a prestação do serviço ao aluno pela Companhia.
- (c) Provisão para desmobilização de ativos, no passivo não circulante, são gastos a serem incorridos com a desmobilização de unidades de ensino alugadas para recuperá-las ou colocá-las nas suas características originais, anteriores ao início do aluguel. Esse montante é calculado por engenheiros e levam em consideração os termos dos contratos de aluguel.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

Financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Eventos Subsequentes

Em 03 de fevereiro de 2015 o 3º programa de recompra de ações foi encerrado e companhia efetuou a opção de recompra de 6.308.598 (seis milhões trezentos e oito mil e quinhentos e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram adquiridas em bolsa de valores, pelo preço de mercado no momento, de cada respectiva data de recompra.

Em 05 de fevereiro de 2015, a companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício /CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

Em 19 de março de 2015, a Companhia contratou: (i) Empréstimo em moeda estrangeira, firmado junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch; (ii) Convênio para contratação de *Swap* junto ao Itaú Unibanco; e (iii) Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de *Swap* firmados junto ao Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, a uma taxa final (*all in*) de CDI + 0,12%a.a., no valor de US\$61.2 milhões equivalentes à R\$ 200 milhões, com prazo de 361 dias e apresentou como garantia notas promissória sem aval, no valor de 130% do valor da operação e cessão de *Swap*. Os recursos serão utilizados para o fortalecimento do caixa e manutenção do plano de expansão da Companhia.

* * *